



Processo nº 13896.907911/2012-16
Recurso Voluntário
Acórdão nº **1401-004.995 – 1^a Seção de Julgamento / 4^a Câmara / 1^a Turma Ordinária**
Sessão de 08 de dezembro de 2020
Recorrente ALELO S.A
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF)

Data do fato gerador: 31/12/2010

IRRF. RECOLHIMENTO. DUPLICIDADE. COMPENSAÇÃO.
COMPROVAÇÃO.

Comprovado o recolhimento em duplicidade de imposto de renda retido na fonte sobre salários, cabível a compensação com débitos até o limite do direito creditório reconhecido.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para reconhecer o direito creditório da importância de R\$ 240.082,77, e homologar as compensações realizadas até o limite do crédito reconhecido. Este julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhes aplicado o decidido no Acórdão nº 1401-004.991, de 08 de dezembro de 2020, prolatado no julgamento do processo 13896.907907/2012-58, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

(assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves – Presidente Redator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Luiz Augusto de Souza Gonçalves, Carlos André Soares Nogueira, Cláudio de Andrade Camerano, Luciana Yoshihara Arcangelo Zanin, Daniel Ribeiro Silva e Letícia Domingues Costa Braga. Ausente o conselheiro Itamar Artur Magalhães Alves Ruga.

Relatório

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos prevista no art. 47, §§ 1º e 2º, Anexo II, do Regulamento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015. Dessa forma, adota-se neste relatório o relatado no acórdão paradigmático.

Trata o presente processo de Declaração de Compensação de crédito de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF, referente a pagamento efetuado indevidamente ou ao maior no período de apuração 31/12/2010, transmitida através do PER/Dcomp.

A DRF não homologou a compensação por meio do despacho decisório eletrônico, já que o pagamento indicado no PER/Dcomp teria sido integralmente utilizado para quitar débito declarado pelo contribuinte.

Cientificado do despacho, o recorrente apresentou a manifestação de inconformidade.

Citou jurisprudência administrativa.

Concluiu, para requerer a homologação da compensação, a retificação de ofício da DCTF para incluir os pagamentos efetuados.

A presente manifestação de inconformidade cumpre com os requisitos gerais de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235/72.

O contribuinte se insurgiu contra o não reconhecimento do direito creditório, alegando que teria recolhido o IRRF em duplicidade.

O suposto pagamento indevido é referente ao Imposto sobre a Renda retido na Fonte - incidente sobre a folha de salários, Código Receita 0561.

O contribuinte juntou cópia das DCTFs original e retificadora, além de cópia da DIRF.

Ocorre que no presente caso, sendo o pagamento referente ao IRRF incidente sobre a folha de salários, o interessado deveria ter apresentado cópia dos Livros Diário e Razão demonstrando os lançamentos de folha de pagamentos de dezembro e do 13º, além de juntar a folha de pagamentos completa de dezembro/2010, incluindo o 13º.

Na ausência de tais provas, não há como formar convencimento se o pagamento é indevido. É preciso ter elementos que demonstrem o montante total de salários em dezembro, bem como os relativos ao 13º, para concluir se o pagamento pleiteado realmente é indevido.

Assim, diante da falta de apresentação de documentos que comprovem o valor do IRRF devido em dezembro, não há como se acatar a pretensão do contribuinte.

Ressalto que o reconhecimento de direito creditório contra a Fazenda Nacional exige a apuração da liquidez e certeza do suposto pagamento indevido ou a maior de tributo; tratando o presente caso de declaração de compensação, de interesse do contribuinte, cabe a ele o ônus comprobatório.

A manifestação de inconformidade foi considerada improcedente por ausência de comprovação do direito creditório.

Cientificada do acórdão da DRJ, a Interessada apresentou recurso voluntário onde repete as alegações de sua manifestação de inconformidade, acrescentando que a DCTF retificadora apresentada “é apta a comprovar a liquidez e certeza do crédito pleiteado oferecido à compensação”.

O recorrente reitera a necessidade de o órgão julgador examinar a documentação apresentada.

É o relatório do essencial.

Voto

Tratando-se de julgamento submetido à sistemática de recursos repetitivos na forma do Regimento Interno deste Conselho, reproduz-se o voto consignado no acórdão paradigmático como razões de decidir:

Preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso voluntário, dele se conhece.

Percebe-se que o crédito apontado no recurso voluntário é um pouco superior ao apresentado no PER/DCOMP, que foi de R\$ 240.082,27, aliás, este foi o crédito defendido na Manifestação de inconformidade, de onde extraio excertos;

Deste modo, relativamente ao IRRF – código 0561 - ao invés de recolher aos cofres públicos o montante efetivamente devido de R\$ 265.309,26 (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e nove reais e vinte e seis centavos), resultante da soma dos DARFs informados nos itens “i”, “ii” e “iii” da presente petição, a ora Peticionária recolheu o

montante de R\$ 530.618,52 (quinhentos e trinta mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos), ou seja, o dobro do valor devido.

É o que se observa das cópias dos DARFs apresentados em questão (**Doc. 03**), onde é possível observar a existência de três documentos de arrecadação recolhidos no dia 19 de janeiro de 2011, e outros três documentos, exatamente com o mesmo valor daqueles recolhidos em 19 de janeiro, porém recolhidos em 20 de janeiro de 2011. Vejamos:

Planilha de DARFs		
Data de Recolhimento	Valor	Autenticação bancária
19/01/2011 (item "ii")	R\$ 1.300,71	1442414441222212224224237
20/01/2011 (item "ii")	R\$ 1.300,71	7557595337777977747755706
19/01/2011(item "iii")	R\$ 23.926,28	3221232223111311141122159
20/01/2011(item "iii")	R\$ 23.926,28	24624244222123714246222244
19/01/2011(item "i")	R\$ 240.082,27	5113151115333533343311370
20/01/2011 (item "i")	R\$ 240.082,27	31231314333537051312333311

[...]

E em razão do recolhimento em duplicitade, bem como por considerar que os DARFs recolhidos em 19/01 não seriam considerados para quitação pela Receita Federal, já que outros documentos haviam sido recolhidos na data correta – 20/01 – a ora Peticionária utilizou o montante recolhido em 19/01 para compensação de débitos federais. É o que se observa do PerDcomp nº 07458.21784.130411.1.3.04-7047, no qual foi informado crédito decorrente do valor indevidamente recolhido pela empresa em 19/01, no valor de R\$240.082,77, relativamente ao IRRF, código 0561.

Em **Documentos Comprobatórios – Outros – Docs. Comprobatório 01**, acostado, a Relação da Folha de Pagamento, mês de dezembro de 2010:

001-COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS RELAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO		EMISSÃO EM: 30/12/2010 20:48	FOLHA: 004 - 003 - 020 - 018 - 010 - 001 - 013 - 015 - 008 - 007 - 005 - 009 - 0 11 - 014 - 023	Pág: 0002 Mês: DEZEMBRO/2010										
PERFIL: TESTE CTB 12-2010														
RESUMO GERAL														
DESCONTOS														
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	EVENTO	REF.	CONT.A CONTÁBIL	QTDE	NORMAL	VALOR	QTDE	DIFERENCA	VALOR	QTDE	DEVOLUÇÃO	VALOR	TOTAL
05100	IMPOSTO RENDA				0221	237.669,91								237.669,91
05110	IMPOSTO RENDA 13'SAL				0193	155.304,77								155.304,77
05125	DIF IIRF 13 FL MENS				0053	2.647,39								2.647,39
05130	DIF IIRF S/FÉRIAS				0221	27.137,97								27.137,97
05140	IR DIF FÉRIAS				0001	35,49								35,49

Em **Termo de Anexação de Arquivo Não-Paginável - Documentos Comprobatórios – Outros – Docs. Comprobatório 02**, acostado, o registro contábil Razão – conta 2106010007 – IRRF SOBRE SALÁRIOS, de onde extraio os seguintes dados:

[...]

IRRF S/Férias - DEZ/10 (RPG.800-Bradesco) 19/01/20	23.926,28
IRRF Rescisão - DEZ/10 (RPG.799-Bradesco) 19/01/20	1.300,71
IRRF MENSAL - DEZ/10 (RPG.801-Bradesco) 19/01/2011	240.082,27
IRRF S/Férias - DEZ/10 (RPG.809-Bradesco) 19/01/20	23.926,28
IRRF Rescisão - DEZ/10 (RPG.808-Bradesco) 19/01/20	1.300,71

IRRF MENSAL - DEZ/10 (RPG.810-Bradesco) 19/01/2011	240.082,27
RECLASSIFICACAO REF IRRF S/SALARIOS DOC 100284221	- 23.926,28
RECLASSIFICACAO REF IRRF S/SALARIOS DOC 100284222	- 1.300,71
RECLASSIFICACAO REF IRRF S/SALARIOS DOC 100284223	- 240.082,27
 Provisão Folha Pagamento - Provisão	 -
	413.389,63
 Pagamento IRRF	 23.926,28
	1.300,71
	 240.082,27
 Pagamento IRRF em Duplicidade	 23.926,28
	1.300,71
	 240.082,27

Este é o crédito pleiteado no PER/DCOMP apresentado. Portanto, em face dos documentos apresentados (folha de pagamento e registro contábil), deve ser reconhecido o direito creditório de R\$ 240.082,77.

É o voto, dar provimento ao recurso para reconhecer o direito creditório na importância de R\$ 240.082,77, e homologar as compensações realizadas até o limite do crédito reconhecido.

CONCLUSÃO

Importa registrar que, nos autos em exame, a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada na decisão paradigmática, de sorte que as razões de decidir nela consignadas são aqui adotadas.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do anexo II do RICARF, reproduz-se o decidido no acórdão paradigma, no sentido de dar provimento ao recurso para reconhecer o direito creditório da importância de R\$ 240.082,77, e homologar as compensações realizadas até o limite do crédito reconhecido.

(assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves – Presidente Redator